



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 20 de setembro de 2013

POLÍCIA CIVIL

Julgamento sobre retroativo de delegados é suspenso

FOTOS: LINDVALDO RIBEIRO/CS

Juliana Moura

& Mércia Oliva
mercia@correiodesergipe.com

O julgamento do processo sobre o retroativo da revisão geral de 2008, acordado pelo o Estado para ser repassado somente aos delegados, foi suspenso depois que o placar estava dois votos a favor e um contrário ao pagamento. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Sergipe (Simpol), Antônio Moraes, a suspensão se deu por conta do Conselheiro Luiz Alberto ter pedido vistas ao processo, voltando a ser julgado na próxima quinta-feira, 26.

“O voto do relator Clóvis Barbosa foi pela ilegalidade do pagamento seja para os delegados, agentes e escrivães. Já o conselheiro Reinaldo Moura votou divergente. Mesmo sendo ilegal, já que os delegados firmaram acordo com o Governo, que se pague e reconheça o direito também para os agentes e escrivães”, colocou Moraes, salientando que Ulisses Andrade seguiu o voto de Reinaldo Moura.

Segundo ele, a avaliação que o Simpól faz do voto de Reinaldo Moura aparentemente se mostra favorável para a categoria porque determina a liberação do pagamento para os delegados e reconhece os direitos; mesmo assim, este reconhecimento não tem força junto ao Estado e não obriga a pagar. “Enquanto os delegados vão receber imediatamente, os demais ficam a aguardo da justiça daqui a alguns anos e através de precatórios”, completa.

Após a suspensão do julgamento foi feita uma assembleia e ficou para a próxima terça-feira, dia 24, às 6 horas, fazer um café da manhã em frente ao Palácio dos Despachos e só sairão de lá depois que a categoria seja recebida e ter uma posição do governo igual aos delegados.

• Manifesto

Na manhã de ontem, os policiais civis pararam as atividades e fizeram uma manifestação em frente ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde foi realizado o julgamento, que foi acompanhado pela categoria. Segundo Antônio Moraes, todos os profissionais da categoria têm o direito de receber esse pagamento, e não somente os delegados.

“O secretário de Segurança Pública, João Eloy, que inclusive é delegado, pediu ao Governo do Estado que a revisão geral de 2008 fosse pago apenas aos delegados e isso foi acordado. Quando tomamos conhecimento, entramos com uma denúncia e o Tribunal concedeu uma liminar suspendendo o pagamento até que se analisasse a questão. Os escrivães, agentes e agentes auxiliares também têm o direito de receberem o retroativo e esperamos que os conselheiros julguem a favor disso”, conta.



■ Policiais civis pararam as atividades e protestaram em frente ao TCE



■ Antônio Moraes: “todos os profissionais da categoria têm o direito de receber esse pagamento”

• Direito

Já de acordo com Kássio Viana, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Sergipe (Adepol) o acordo feito com o Estado é legal e os delegados têm, de fato, direito ao retroativo da revisão geral de 2008. “Temos em mãos um documento que comprova que o Ministério Público Estadual fez um estudo aprofundado sobre o processo e foi entendido que as alegações que os delegados fizeram correspondem com a verdade, ou seja, o acordo feito com o Estado é totalmente legal. Esse é um parecer do fiscal da lei do MPE e estamos firmando desde o início que o pagamento, que deveria ter sido feito há cinco anos, é legal. Se os agentes têm direito ou não de receber a justiça é que vai decidir”, disse.

• Delegacias

E por causa da paralisação das atividades, prevista para durar seis horas, segundo Antônio Moraes, as delegacias tanto do Estado quanto do interior ficaram com o efeito reduzido. “Os serviços ordinários nas delegacias estão parados. Estamos atendendo somente as emergências. Fizemos isso porque senão os policiais não poderiam assistir ao julgamento. Mas isso é decorrente da atitude do secretário João Eloy, de privilegiar só os delegados”, afirma.

Já de acordo com a assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP), o órgão não recebeu nenhuma reclamação ou denúncia sobre a deficiência nos atendimentos das delegacias do Estado.